

Em terras brasileiras: famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais

Sandra Nicoli, UNIVALE¹

Resumo: Caracterizada por ser uma imigração familiar com a maior procedência vinda da região do Vêneto na Itália, a presença de imigrantes italianos no território brasileiro ocorreu em várias regiões. O atual Estado do Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes para o Brasil, com destaque para os italianos. O projeto imigrantista para esse território geográfico era fundamentado na pequena propriedade familiar. Minas Gerais foi destino secundário dos imigrantes italianos. Este estudo analisa a territorialização das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo e a reterritorialização dessas e/ou de seus descendentes em Minas Gerais numa dimensão de mobilidade populacional. Colonizadas e povoadas por famílias de imigrantes italianos, as localidades de Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo no final do século XIX e de Itueta e Santa Rita do Itueto em Minas Gerais no início do século XX, através das territorialidades estabelecidas por esses agentes sociais se transformaram em territórios “italianizados” a partir das relações sociais. Ao territorializarem-se ocorreu o movimento de reprodução das relações sociais originais e, ao se reterritorializarem houve uma reprodução de elementos. Para uma melhor compreensão desse fenômeno e a formação de territórios “italianizados”, trabalhamos com a memória dos descendentes dessas famílias de imigrantes italianos a partir dos relatos orais e da análise dos referenciais bibliográficos que abordam a temática. Nesse sentido, o estudo conclui que ao chegar às terras brasileiras, os imigrantes italianos buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes, das festas e da ideia transmitida para os descendentes de que ser italiano/descendente é ser diferente dos brasileiros. Sendo assim, as famílias de imigrantes italianos, no processo de territorialização e reterritorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo “territórios italianizados” apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas.

Palavras-Chave: Imigração Italiana, Territorialização, Reterritorialização, Espírito Santo, Minas Gerais.

Introdução

Como mobilidade populacional, o fenômeno migratório não é um fenômeno recente. Os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade. As migrações internas e internacionais se constituem num elemento essencial, para compreensão da formação das sociedades e das identidades culturais. O Brasil, desde o século XVI, se estabeleceu como um importante cenário onde se processou de forma intensa o fenômeno das migrações internacionais.

No processo de colonização, visando à apropriação militar e econômica da terra, os portugueses tiveram destaque e exerceram sua territorialidade com mais vigor que outros grupos que se encontravam no novo território do Império português de além-mar. A história da imigração no Brasil inicia-se com esses europeus.

O início da produção agrícola em grande escala no Brasil deu origem à imigração forçada dos africanos. Com o tráfico negreiro, cerca de três milhões de africanos foram introduzidos no país no período entre 1550 e 1850. Essa migração esteve presente no desenvolvimento econômico brasileiro, tanto na agricultura praticada no período quanto na mineração do ouro, diamantes e outras pedras preciosas. Os africanos eram a força que movia as lavouras e as minas (CAMARGO, 1981).

¹ Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce. Graduada em História na mesma Universidade. Correio Eletrônico: nicolinicoli@hotmail.com

A política imigratória², no Brasil, voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, quando foi assinado por D. João VI um decreto que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias³. O projeto imigrantista de colonização⁴ era baseado na pequena propriedade familiar (SEYFERTH, 2000). Afirma que *“tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados ‘vazios demográficos’, com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar”* (SEYFERTH, 2000, p. 309).

Nesse contexto, na segunda metade do século XIX, inicia-se em grande escala a imigração europeia, principalmente a italiana. As Províncias⁵ onde se situavam as grandes lavouras de café passaram a financiar a imigração da força de trabalho.

Santos (2010) destaca que a imigração transoceânica trouxe, para o continente americano, milhares de europeus de origem camponesa. A imigração europeia significou muito para o Brasil e, nesse sentido, a imigração italiana foi particularmente relevante (BONI, 1990).

Este estudo tem como objetivo analisar a territorialização das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo e a reterritorialização dessas e/ou de seus descendentes em Minas Gerais numa dimensão de mobilidade populacional.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno e a formação de territórios “italianizados”, trabalhamos com a memória dos descendentes dessas famílias de imigrantes italianos a partir dos relatos orais⁶ e da análise dos referenciais bibliográficos que abordam a temática.

Destaca-se que as narrativas efetuadas por meio da metodologia da História Oral⁷ foram de fundamental importância. Tal metodologia permite o registro de práticas, costumes, identidades e tradições referentes à origem. Contribuindo assim, na compreensão do processo de adaptação e de integração das famílias de imigrantes italianos no novo ambiente (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013)

A imigração italiana no Brasil/Espírito Santo - Minas Gerais

2 Entende-se por política migratória toda política que, de forma direta e explícita, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de população (VAINER, 2000).

3 O regime de Sesmarias foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. No Brasil, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar, com algumas adaptações. É na distribuição das terras que está a origem do sistema, ou seja, uma política de povoamento estendida nas colônias portuguesas. Sua principal função era estimular a produção. O proprietário deveria, como principal dever fertilizar a terra para a produção (SEYFERTH, 2000).

4 O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (DADALTO, 2009).

5 Destaca-se que até 1889 o regime governamental do Brasil era a Monarquia, assim, os atuais Estados brasileiros eram tidos como Províncias, com divisões diferentes das atuais. Somente a partir do regime republicano é que se pode falar Estado. A grande imigração iniciou-se ainda no período imperial e continuou nos primeiros anos da República.

6 Este estudo faz parte da pesquisa de mestrado intitulada: *“//Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – A chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália”*. Assim, o campo de trabalho foi em Minas Gerais e, portanto, os relatos foram colhidos em Minas. Destaca-se que as lembranças se entrecruzam entre o cotidiano em Minas e Espírito Santo, pois as narrativas intercalam as memórias dos descendentes, dos pais, avós e bisavôs.

7 Esta é uma metodologia de pesquisa de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX e consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Ressaltamos que a fonte oral, além de coletada, deve ser interpretada e analisada cuidadosamente e que, em função de sua natureza diversificada e estreitamente vinculada ao cotidiano, favorece uma pesquisa com espaço para falas de sujeitos, em geral, anônimos (SILVEIRA, 2007, p. 03).

A imigração italiana para o Brasil, segundo Trento (1989), teve início a partir dos anos de 1870, transformando-se em um fenômeno de massa anos depois. Os italianos que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Vêneto, da Lombardia, da Toscana, do Trentino e de outras regiões da Itália junto com suas lembranças e suas raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras. Segundo Bassanezi (1995) a corrente imigratória italiana, no Brasil, revelou as seguintes especificidades: houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes.

Confirmando que a origem dos italianos que chegaram ao Brasil era principalmente da região do Vêneto, Alvim (2000) assinala que foi da Itália setentrional o ponto de partida da maioria deles.

A região vêneta forneceu, entre 1870 e 1920, 30% do total de emigrados italianos para o Brasil, transformando o País em praticamente o único da América a receber vênets nesse período [...] o tipo de imigrante que aqui aportou [...] saem, sobretudo do Vêneto, famílias que pertenciam ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e arrendatários. [...] Essas famílias eram formadas por 12 ou até 15 elementos ao todo, normalmente com dois ou três homens e suas respectivas mulheres e filhos. Traziam como hábito, [...] o de trabalhar juntos a terra que lhes pertencia; [...]. A saída ocorreu somente quando suas propriedades não ofereceram mais recursos para a sobrevivência do grupo (ALVIM, 2000, p. 386).

Os camponeses vênets viam na “América” a grande oportunidade para possuírem suas terras, produzirem e melhorarem suas condições de vida.

Para os vênets, o principal fator de atração do Brasil era a possibilidade de serem proprietários de seu pedaço de terra. A posse da terra era um sonho que representava o prêmio dos esforços de todo o trabalho executado, de possibilidade de ascensão social ou até de segurança econômica (DADALTO, 2009, p. 30).

A presença de imigrantes italianos no território brasileiro ocorreu em várias regiões, contudo as regiões brasileiras Sul e Sudeste contaram com uma intensa presença de imigrantes europeus, em especial os italianos. No Sul, a corrente migratória foi notória devido à concentração em colônias cuja produção agrícola foi importante fonte de abastecimento do mercado brasileiro. A região Sudeste também teve um grande destaque em relação à imigração italiana e foi a que recebeu a maioria dos imigrantes.

O atual Estado do Espírito Santo teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes para o Brasil, em especial os italianos. Levas expressivas de imigrantes italianos desembarcaram no porto de Vitória, capital do Espírito Santo, no final do século XIX e início do século XX, sendo direcionadas ao interior do Estado, que abriga uma das maiores colônias italianas do Brasil. Segundo Busatto (1990) a quantidade de imigrantes europeus que ingressou no Estado foi pequena, se comparada aos demais Estados brasileiros receptores. Porém, a introdução do imigrante europeu, em especial os italianos, se deu de forma marcante.

Busatto (1990) realça que a imigração italiana para o Espírito Santo, num primeiro momento, foi um acontecimento insignificante, mas rapidamente tomou tal expressão que ignorar qualquer um dos seus aspectos é ignorar o destino coletivo do território espírito-santense. Afirma ainda que *“nenhum outro Estado teve seu território tão densamente ocupado por colonos de origem italiana como o Espírito Santo”* (BUSATTO, 1990, p. 241).

A imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção de riquezas. Assim, o projeto imigrantista

era baseado na pequena propriedade familiar (DADALTO, 2009). Nesse propósito, as famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Estado eram, em sua maioria, camponeses provenientes da região do Vêneto. Bussola (1990, p. 270) informa que *“os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Estado na segunda metade do século XIX e foram logo enviados para o interior a fim de desbravá-lo e colonizá-lo”*.

Diferentemente de seus Estados vizinhos (São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro) que receberam os italianos em seus portos marítimos, Minas Gerais foi destino secundário dos imigrantes. Os italianos, que se destinaram para Minas, em sua maioria, já possuíam experiência imigratória em um dos outros três Estados da região sudeste do Brasil (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Segundo Monteiro (1994), o fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais⁸ foi dos italianos. Mesmo que o Estado de Minas não tenha tido grande destaque em relação à imigração europeia – os italianos se sobressaíram nesse Estado. A autora explica que apesar da presença de estrangeiros, Minas Gerais ainda tinha preferência pelo trabalhador nacional.

Anastásia (1990) chama a atenção para a política de introdução de imigrantes em Minas Gerais destinados à lavoura particular, ao povoamento de terras devolutas ou aos núcleos coloniais. Segundo a autora, essa política imigratória, tímida e retraída, não se restringia apenas ao imigrante estrangeiro, pois Minas Gerais não podia, tendo em vista o pequeno fluxo de imigrantes estrangeiros, abstrair-se do trabalhador nacional. Em relação a outras nacionalidades, justifica-se, segundo a autora, ser a imigração italiana a que oferecia mais facilidade ao pronto suprimento de trabalhadores que o Estado demandava. Destaca-se que, embora preponderante, a imigração italiana em Minas se fez com números modestos.

Pode-se perceber que há dois perfis de imigrantes italianos em Minas. Num primeiro perfil, podemos destacar os comerciantes e profissionais especializados direcionados para os centros urbanos; no segundo, os colonos agricultores direcionados para as zonas rurais (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Nesse sentido, analisaremos a territorialização e a reterritorialização das famílias de imigrantes italianos em terras brasileiras, mais especificamente em Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo no final do século XIX e, Itueta e Santa Rita do Itueto em Minas Gerais no início do século XX. Tais localidades contaram com a presença de origem italiana em seu território geográfico e se transformaram em “territórios italianizados” a partir das relações estabelecidas.

Revelando as localidades em estudo

Para uma melhor compreensão do campo em estudo, a seguir, de forma sucinta, serão apresentadas as localidades que foram pontos de chegada de famílias de imigrantes italianos, provenientes da região do Vêneto, na Itália, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Destaca-se que as localidades são tipicamente rurais, prevalecendo propriedades de caráter familiar. A base econômica está fundamentada na agricultura. A produção cafeeira e a pecuária leiteira constituem as principais atividades econômicas dessas localidades. Enfatiza-se que a configuração social do território foi marcada pela

⁸ Indiscutivelmente, foi a corrente italiana preponderante na imigração para Minas Gerais. Entre 1894 e 1901, dos 52.582 imigrantes que entraram no Estado, 47.096 (89,5%) eram italianos (ANASTÁSIA, 1990).

pequena propriedade rural e pela cultura cafeeira conforme enfatizou Nicoli (2014).

A título de localização, pode-se visualizar, na figura 01, as localidades de Alfredo Chaves e Castelo no sul Espírito Santo e, de Itueta e Santa Rita do Itueto no leste de Minas Gerais. Destaca-se, no entanto, que no momento histórico analisado, a delimitação geográfica não possuía os contornos atuais.

A região⁹ de Alfredo Chaves teve seu território ocupado por famílias de imigrantes italianos vindas da região do vêneto, no norte da Itália, a partir de 1878. A partir da chegada desses imigrantes, a região foi tomando novos contornos com a ocupação e cultivo do solo pelas novas famílias.

Nesse contexto, os imigrantes italianos que foram direcionados para a região de Alfredo Chaves colonizaram e povoaram a região. Após um período de crescimento populacional e desenvolvimento econômico nessas terras, ocorreu a necessidade de aumentar a produção agrícola e o desenvolvimento da pequena propriedade familiar. Muitas famílias de imigrantes italianos e descendentes optaram por migrar para outras localidades, diante de um cenário que impossibilitava-os de garantir o sustento das novas famílias, constituídas com os casamentos dos filhos, a partir da pequena propriedade familiar (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

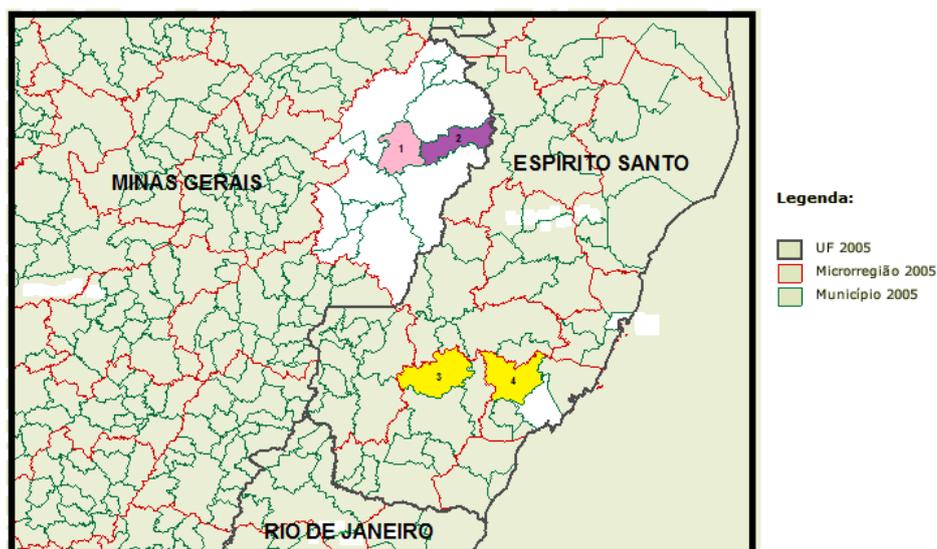


Figura 01: Espírito Santo e Minas Gerais - Pontos de chegada.

Fonte: Elaboração Mauro Augusto dos Santos. Base de dados cartográficos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relação dos municípios: 1. Santa Rita do Itueto; 2. Itueta; 3. Castelo; 4. Alfredo Chaves.

Desse modo, diversas famílias de origem italiana se direcionam para outras terras do próprio Estado do Espírito Santo. Entre as localidades escolhidas pelos filhos dos imigrantes está a região de Castelo. O povoamento dessa região contou com a participação das famílias de imigrantes italianos a partir dos anos de 1890. Destaca-se que os colonos eram agricultores vindos do norte da Itália e de outras regiões do Espírito Santo, em especial os já estabelecidos na região de Alfredo Chaves (CASAGRANDE e BARBIERO, 2012).

E novamente diante da necessidade de outras terras para as novas famílias constituídas, uma das opções

⁹ Por compreender que no momento da chegada dos imigrantes italianos e/ou seus descendentes, o território geográfico do Espírito Santo e Minas Gerais não contavam com uma divisão geográfica tão organizada como atualmente, falamos região e não município, pois no momento de chegada dessas famílias as delimitações das porções geográficas eram enormes, muito diferentes da delimitação atual.

foi à migração para as terras mineiras localizadas próximas à divisa¹⁰ interestadual de Minas Gerais e Espírito Santo. As novas famílias constituídas pelos filhos dos imigrantes estabelecidos no interior do Espírito Santo (Alfredo Chaves e Castelo) optaram por migrar, quando suas pequenas propriedades já não ofereciam mais condições para o sustento da família.

A chegada à região de Itueta e Santa Rita do Itueto aconteceu a partir de 1920, promovendo uma nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra e novos costumes. Os imigrantes¹¹ eram provenientes do Norte da Itália; quanto aos descendentes, eram nascidos no Espírito Santo, em sua maioria (NICOLI, 2014).

Segundo Rezende e Álvares (2009) o Vale do Rio Doce participou do movimento de imigração de europeus mais tardiamente, quando o interesse governamental pelo povoamento da região abriu caminho aos colonos fixados nas áreas montanhosas do Espírito Santo.

Destaca-se que foi na persistência de concretizarem seus sonhos de aquisição de um pedaço de terra para a sobrevivência da família que os imigrantes italianos e seus descendentes rumaram para novas terras espírito-santenses e mineiras. Realça-se a importância do papel das redes de informação no processo de tomada de decisão por migrar.

Podemos afirmar que colonizadas e povoadas por famílias de imigrantes italianos, as localidades de Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo no final do século XIX e de Itueta e Santa Rita do Itueto em Minas Gerais no início do século XX, através das territorialidades estabelecidas por esses agentes sociais se transformaram em territórios “italianizados” a partir das relações sociais. Ao territorializarem-se ocorreu o movimento de reprodução das relações sociais originais e, ao se reterritorializarem houve uma reprodução de elementos.

A territorialização em terras espírito-santenses e a reterritorialização nas terras mineiras

É fundamental compreender os referenciais teóricos que sustentaram a análise do estudo proposto. Os conceitos de território e territorialidades, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização serão apresentados sucintamente para uma melhor compreensão do movimento migratório ocorrido nessas localidades.

Em Saquet (2006, p.83), deparamos com o seguinte argumento:

[...] o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica [...]. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente.

Desse modo, no território as relações sociais se materializam e se reproduzem em movimentos desiguais,

10 De acordo com os conceitos da Geografia a palavra “divisa” designa a separação de Estados, “fronteira” separação de países, e a palavra “limite” a separação de municípios. Fonte: <http://geografia-mgf.blogspot.com.br/2013/03/limite-divisa-e-fronteira-qual-e.html>. Acesso em 26/03/2014.

11 Os imigrantes italianos chegaram numa proporção menor, se comparados aos descendentes nascidos na região de Alfredo Chaves e de Castelo no Espírito Santo (NICOLI, 2014, p. 86).

contraditórios e conflituosos. A identidade é um componente fundamental na constituição do território, resulta da combinação dos processos histórico e relacional. Sendo assim, para Saquet (2010, p.25), os territórios e as territorialidades

[...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade.

Segundo Fernandes (2006), no território estão presentes a cultura, a economia e todas as outras dimensões. Assim, o território é palco onde todas as relações sociais acontecem. Cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política, educação, entre outras, são relações sociais constituintes das dimensões territoriais, que se completam e interagem.

Para Saquet (2003) o território é

[...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. [...] Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios (SAQUET, 2003, p. 24).

Saquet (2009, p. 212) realça que o território

[...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *interior*(do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

No novo território, a interação e integração entre as famílias de imigrantes com os demais residentes tornaram tais lugares uma construção única e carregada de simbolismo que ainda agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. O conceito de lugar, nesse sentido, é intimamente ligado ao viver e ao estar no espaço. Nele é que as relações ganham visibilidade e se efetivam na territorialidade diária, ou seja, nas estratégias sociais conforme explica Saquet (2003).

Pode-se afirmar que o território construído/formado por esses agentes sociais foi e é o palco onde todas as relações sociais aconteceram e acontecem, se completaram e completam e por fim interagiram e interagem. Através das relações sociais que se estabeleceram e que se estabelecem, a integração e a interação tornaram tal espaço um território. Sendo assim, todo o cotidiano dessas famílias se tornou um território apropriado e dominado com e pelas relações sociais conforme enfatizou Nicoli (2014).

Nesse sentido, surge, então, o que denominamos de territorialidade, que é colocada como uma expressão geográfica do exercício do poder em determinado espaço geográfico. Pode-se considerar que é o desenrolar das diferentes atividades e estratégias cotidianas (trabalho, lazer, religião entre outras) que se tornam expressão geográfica do exercício do poder. Portanto, são os atores sociais em dinâmica relacional. Assim, a territorialidade é cotidiana e sempre revela relações de indivíduos ou grupos sociais.

Saquet (2003, p. 26) afirma que a territorialidade

[...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho,

do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, [...].

Para Raffestin (1993) a territorialidade resume a maneira como a sociedade satisfaz sua necessidade de poder, num determinado momento e, por meio das relações sociais. Pode ser transportada, como fazem os imigrantes, que reconstróem seu território de origem no novo ambiente.

Na perspectiva da migração, segundo Nicoli (2014, p. 28 e 29), *“os migrantes reconstruíram e ainda reconstróem seu território de origem no novo espaço, mantendo, aperfeiçoando e re-modificando territórios e territorialidades, englobando comportamentos sociais e estratégias de convivência”*.

Destaca-se que a desterritorialização nunca é total ou desvinculada dos processos de reterritorialização. Saquet (2003, p. 39) destaca que simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização.

São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras [...] e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características.

Segundo Saquet (2009, p. 214), *“o velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente”*.

Haesbaert (2007, p. 99 e 101) acrescenta que

[...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. [...] Devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas.

Nessa acepção, a formação de um território não se dá sem os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Sendo assim, os migrantes, desde a partida até o momento de chegada ao destino, vivem e estabelecem relações sociais e territorialidades.

A territorialização pode ser definida como a identificação, simbolização de grupos, disciplinarização, enraizamento, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior. No movimento da desterritorialização - definida inicialmente como a perda do território apropriado e construído, acontece simultaneamente a reterritorialização, entendida como a reprodução de elementos do território anterior, com algumas características permanentes e recriadas. Engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade.

Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente, no lugar. O *lugar*, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial (SAQUET, 2009, p. 216).

Haesbaert (2007, p. 35) destaca que *“o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades”*. Enfatiza também que a vida é um constante

movimento de desterritorialização e de reterritorialização, sempre passando de um território a outro, abandonando territórios, criando novos territórios. Trata-se de uma desterritorialização/reterritorialização cotidiana, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado.

Segundo Castro, Gomes e Corrêa (1995, p. 105) o *lugar* é visto como

[...] uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. Despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive.

Nesse contexto, as famílias de origem italiana estabeleceram relações sociais desde a partida até a chegada ao destino. Na desterritorialização perderam, em parte, os aspectos e elementos da vida cotidiana. Tentaram reproduzir, da melhor forma, as relações sociais, as identidades, as tradições e os costumes no novo território, com permanências e mudanças; na reterritorialização reorganizam suas vidas. Os processos de desterritorialização-reterritorialização tornam-se intimamente ligados na dinâmica socioespacial e fundamentais, para se compreender as práticas humanas.

A partir da chegada das famílias de origem italiana, às terras espírito-santenses e mineiras, é possível afirmar que tais áreas geográficas em muito se modificaram. A introdução de costumes, tradições, novas técnicas de manejo da terra e a valorização da terra para a sobrevivência das famílias fez com que elas fossem vistas de maneira diferenciada, mesmo diante da chegada de outras nacionalidades. Nesse sentido, o território se forma a partir do espaço e, ao se apropriar de um espaço, seja concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço conforme destacou Nicoli (2014).

Assim, no decorrer dos processos de T-D-R das diferentes nacionalidades, as famílias de origem italiana se destacaram, fazendo-se presentes em todos os aspectos sociais da experiência humana. Transformaram o até então espaço geográfico em um lugar com significação e vivência.

Nas memórias de J. Baptistin¹², neto de imigrantes italianos, várias são as lembranças do que foi contado por seus pais e *nonos* sobre os principais motivos pelos quais os imigrantes italianos vieram para o Espírito Santo e Minas.

“Eles vieram é por causa das mata. Pensa bem né. [...] Então, foram se distribuindo. Ôh, o primeiro lugar que eles [...] abriram, fizeram uma igreja de pedra, tá lá ainda”. (J. Baptistin, 85 anos, Conselheiro Pena).

O Sr. A. Nicoli 2 relata, ainda, que as famílias italianas foram desmatando e formando lavouras de café.

“E ali eles derrubaram um pedaço de mata pra cada um. [...] E ali eles apossava, [...] e daí eles ia trabalhando, derrubando uma mata, formando mais café, aumentando a casa mais um pouquinho. [...], formaram muito café. A vida deles foi no café. [...], conseguiram fazer casa boa, melhorar a situação e [...] daí por diante esse povo foi melhorando e comprando mais terra de um, de outro [...]”. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

12 A identificação dos sujeitos será feita através da letra do primeiro nome e do sobrenome. Dois descendentes possuem o primeiro nome com a letra A, são da mesma família e com a mesma idade. Sendo assim, a identificação desses terá além da primeira letra do nome e sobrenome, a numeração 1 e 2 para distingui-los.

No relato do Sr. J. Baptistin é possível perceber que os imigrantes foram desbravando, povoando e formando novas famílias.

“Eles eram uma família grande né, e [...] depois o pessoal foi crescendo, foi derrubando mata e o povo foi crescendo, [...]. É ali foram [...] se espalhando esses italianos. [...]. Se espalharam assim, [...] foi nascendo filhos né, [...] e netos, juntou muita gente. [...] então eles queriam mata, começou a se espalhar [...]”. (J. Baptistin, 85 anos, Conselheiro Pena).

Um dos atrativos para a escolha das novas terras era a existência de nascentes de água em grande quantidade, que significava produção e prosperidade.

“Porque a intenção do italiano na época era muito simples. [...]. Eram de chegar num lugar onde tivesse uma água alta, pra eles produzir ali, um milho, ter uma vaquinha de leite, fazer um queijo e fazer o fubá e fazer a polenta e comer com queijo. Essa é a base da alimentação deles. [...], olhavam muito esse lado”. (J. Ton, 65 anos, Santa Rita do Itueto).

“[...] os italiano antigo falava assim: “aonde é que tem muita água e tem queda de água, tem prosperidade.” (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

“[...] Tudo mata pura. Lutando com dificuldade e tali, foi assim. A vida aqui foi trabalhar, lutar e trabalhar”. (S. Daros, 97 anos, Santa Rita do Itueto).

“Todo mundo trabalhava. Era mulher, homem, mulher casada, tudo ia para a roça. E nós de dia? No cabo da enxada. Pra enxada. O dia inteiro. Capinar café, dirigiçar café, panhar café, tudo. É, a vida era apertada. [...] Meu Deus do céu!” (A. Nicoli 1, 81 anos, Itueta).

Para Sayad (1998, p. 109) “é o trabalho que funda a existência do imigrante, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença”. Trabalhar é a única razão de existir na imigração.

O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da razão do Estado Nacional. O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente (SAYAD, 2000, p. 21).

As narrativas demonstram uma vida regrada no trabalho tanto pelos adultos quanto pelas crianças. Lavorar era preciso, pois somente assim conseguiriam alcançar o sonho da posse de terras. No entanto, percebe-se, diante dos relatos, os momentos de descanso e lazer que eram aos domingos, nas festividades religiosas e nos enlace matrimoniais, conforme demonstram os relatos a seguir.

“O domingo aí a gente se preparava... A mamãe sempre matava a galinha, fazia aquela taiadela que os italianos fala. Fazia aquela panelada de macarronada com gordura em cima..., fazia tipo uma comida mais diferente sabe? Aí passava o domingo assim. Mamãe também gostava de ir muito na igreja. Mamãe era muito católica”. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

“Tudo isso! Cantar em italiano? Se ocê vê cantar em italiano. [...] Era cada festa! Nossa Senhora! Maravilhosa! [...] Aquilo eis assava leitoa, [...] Aí cantava em italiano. Ficava aquela coisa, aquela festa, bebia... e aquela festa. Tudo os italianão mesmo”. (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

“Era só italianos! [...] E os italianos são muito alegre, muito felizes, [...], existe ainda, a tarantela, todo mundo cantando as músicas italiana, [...], que eles cantavam, quando eles vieram, [...]. Ah era assim, [...], preparava a tradicional sopa de galinha com aquele macarrão talharim feito em casa, que era uma delícia, né. Gostoso com aqueles prato de queijo ralado enorme na mesa assim, [...]. Então aquela sopa suculenta, gostosa com [...] bastante queijo em volta, [...] num podia faltar à polenta [...]”. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Itueto).

“A festa que eles fazia, mais é de italiano [...]. Fazia, macarrão à vontade, por exemplo, tipo comida assim, de servir mesa né, [...] mais as bebida era o vinho, um pouco de bebida alcoólica e eles cantava muito a música italiana. [...] Cantava aquelas músicas na língua

italiana e tocava. Tinha [...] uns que tocava, uns italiano véio que tocava também... [...] Tocava a Sanfona. Mais essa sanfona oito baixo, trinta baixo, sanfona pequena, [...] E dançar, [...]. Nós dançava assim: o sol cobria lá... acendia as lamparina, era lampião nas parede assim, com óleo, lampião. Nós dançava das sete as sete da manhã ué (risos)". (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Destaca-se que as famílias de origem italiana mantiveram uma relação de respeito e amizade com os não descendentes que viviam na região. Entretanto, os casamentos só aconteciam entre as famílias de descendência italiana. O casamento com os brasileiros, como designavam os não descendentes, não era bem aceito. Até a terceira geração, raros são os que se casaram com não descendentes e, quando isso ocorria, era motivo de discriminação. Segundo os relatos, o melhor era que se casassem entre os de mesma descendência, pois tinham os mesmos costumes e valores (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

"O meu pai ele era muito racista. Nossa senhora! Ele não queria que nós casasse com brasileiro de jeito nenhum. Ele não queria que a gente misturasse a raça de jeito nenhum. Nossa mãe! Ele tratava muito bem, mas, misturar o sangue não. [...] Ele falava: "brasileiro com brasileiro. Italiano com italiano". (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

"Tudo italiano! Océ cruzava, que océ num achava um brasileiro. Tudo italiano. [...] Nós casava tudo entre nós". (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

Realça-se que até os dias atuais os descendentes das famílias de imigrantes italianos se denominam como "italianos", e os não descendentes como "brasileiros". Essa expressão é muito comum: "*nós italianos e os brasileiros*". Conforme afirma Hall (2003), a migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino. Nesse sentido, as famílias de origem italiana trouxeram consigo seus costumes, valores, vocabulários, cantos, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade daquela época, estando ainda presentes nos dias atuais. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras brasileiras.

Considerações Finais

Pode-se considerar que as famílias de imigrantes italianos e seus descendentes foram agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território desconhecido. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Realizou-se, neste sentido, o objetivo de fazerem das novas terras "la nuova pátria" conforme destacou Nicoli (2014).

Ao chegar às terras brasileiras (Espírito Santo e Minas Gerais), os imigrantes italianos buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes, das festas e da ideia transmitida para os descendentes de que ser italiano/descendente é ser diferente dos "brasileiros". Assim, ao persistir na memória dos descendentes a história de vida, contada pelos antepassados sobre a trajetória e a inserção na nova sociedade, pôde perdurar ao longo dos anos. Nesse sentido, as famílias de imigrantes italianos e seus descendentes, no processo de territorialização e reterritorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo "territórios italianizados" apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**.

2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.

BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.

CAMARGO, J. F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. **Ensaio Econômico IPE-USP**, São Paulo, 14, 1981.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

CASAGRANDE, André Dell`Orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **“Castelo da Pré História ao Início do Século XX”**. 2 Edição. Castelo/ES. 2012. Disponível em: http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio_livro.asp

CASTRO, de Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar de Costa. **Geografia: conceitos e temas**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos de pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em educação no campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006. p. 27-39.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1994. Vol. 188.

NICOLI, Sandra.; SIQUEIRA, Sueli. Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: PADILHA, Beatriz *et al* (Orgs.). **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa: Atas do 2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa**. 1ed. Lisboa - Portugal: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2012, v. 01, p. 29-42.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>

NICOLI, Sandra. //Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos *nonos* e a partida de seus descendentes para o norte da Itália. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo. A Ocupação do Médio Vale do Rio Doce e o Surgimento dos Municípios de Aimorés, Resplendor e Itueta. In: REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo (Orgs.). **Era Tudo Mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

SANTOS, Mirian de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir *et al* (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**. Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Travessia**, São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. **Ciência E Conhecimento** – Revista Eletrônica da Ulbra São Jerônimo – Vol. 01, 2007, História, A.2.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

VAINER, Carlos B. Estado e Migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia**. A Revista do Migrante/Janeiro-Abril, São Paulo, 2000.